

Procura do Economia consenso contra a inflação

por Celso Pinto
de Brasília

A dureza das primeiras medidas econômicas do governo Tancredo Neves não significa que esteja definido um caminho ortodoxo de controle inflacionário a qualquer custo, inclusive o de uma recessão. Há quem entenda, entre os principais colaboradores do presidente, que a austeridade inicial tem muito mais um caráter político e deverá, necessariamente, ser conduzida com certa flexibilidade.

Existe em todas as áreas do governo um compromisso com a austeridade e a necessidade de se fazer uma ampla revisão das aplicações. Não há, no entanto, consenso de que para derrubar os preços o único caminho seja um aperto monetário e fiscal crescente, que elimine rapidamente o déficit do setor público.

Boa parte das medidas tomadas enquadra-se no objetivo de fazer um balanço de cada área — e ele tem-se mostrando muito útil. Existem casos de comprometimento integral de orçamentos anuais, excessos e decisões de difícil explicação. É o caso, por exemplo, de uma liberação feita pela Secretaria

(Continua na página 3)

O corte no orçamento fiscal de 1985, imposto por decreto presidencial, equivalerá a uma economia de Cr\$ 1,7 trilhão nas despesas dos itens "Outros custos" (exceto pessoal) e de capital dos ministérios, segundo revelou ontem o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Teófilo. O total da economia chegará a Cr\$ 4,3 trilhões, com a inclusão do corte de 15%, definido por um decreto do então presidente João Figueiredo, em dezembro de 1984.

(Ver página 3)

Economia - 22 - Procura do consenso contra...

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

do Planejamento no governo anterior, a um órgão ligado ao Distrito Federal. Este órgão havia solicitado Cr\$ 180 milhões, os técnicos do governo recomendaram a aprovação de apenas Cr\$ 40 milhões, mas ele acabou sendo contemplado com Cr\$ 2 bilhões.

O uso do corte de dispêndios como principal arma antiinflacionária, contudo, é algo mais controverso. Como a maior parte do déficit público é financeiro, a alguns setores parece mais relevante tentar obter alguma redução nas taxas de juros, o que é compatível com uma política fiscal dura, mas não como uma política monetária excessivamente rígida.

Sabe-se que esta é a posição predominante na Seplan. A ideia pode parecer remota, dada a formação mais ortodoxa da equipe de economistas que assumiu a direção do Banco Central. De todo modo, a pelo menos um interlocutor recente o novo presidente do BC, Antônio Carlos Lemgruber, admitiu a necessidade de se pensar em alternativas para aliviar as altíssimas taxas reais de juros.

Da mesma forma, é vital para o desempenho econômico, e para o próprio sucesso no controle inflacionário, que haja uma boa safra agrícola. Alguns cálculos no governo supõem que isto significa a necessidade de adicionar cerca de Cr\$ 4 trilhões ao crédito agrícola já aprovado. E preciso encontrar este espaço nas finanças públicas.

Uma terceira área delicada para o controle inflacionário é a dos salários. É inevitável que as discussões na área trabalhista incluam o tema da atual política salarial, mas há consenso, no comando econômico do governo, de que o limite de concessão possível é a recomposição do INPC pleno num período semestral. Mesmo assim, imagina-se que eventuais mudanças na lei salarial devem ser colocadas no bojo de uma ampla rediscussão da legislação trabalhista e sindical.

A trimestralidade assusta. Ela será vetada na área federal e coibida na área privada. Muitos setores industriais, como o automobilístico, incorporaram a trimestralidade. A intenção é de que o Conselho Interministerial de Preços (CIP), com poderes recém-reforçados, vigie atentamente esses setores e evite que o custo adicional dos salários seja repassado nos preços finais. O receio em relação à trimestralidade é que seu custo seja integralmente repassado nos preços, refletia na inflação e acabe reduzindo o próprio valor real dos salários.

Uma outra área importante de política econômi-

ca, essencial para definir em que direção a economia poderá caminhar, é o acordo com os credores externos e o Fundo Monetário Internacional. Não há, ainda, divisão estabelecida de tarefas, dentro do governo, para estas discussões.

Alguns setores defendem a aceitação, sem reservas, do acordo já montado pelo governo anterior com os bancos privados. Outros preferem reabrir a discussão. O técnico que cuidará desta área na Seplan, Paúlo Nogueira Baptista Júnior, tem uma visão bastante crítica em relação ao acordo assinado pelo México com os bancos e que serviu de modelo para o acordo brasileiro, e já deixou isto bem claro em artigos publicados. O acordo não prevê refinanciamento no pagamento de juros, mantém a supervisão do FMI mesmo após o final do empréstimo tomado junto ao Fundo e exige um forte superávit comercial neste ano. Estes fatores podem estreitar a margem econômica e obrigar a uma política recessiva.

Da mesma maneira, não há apenas uma visão no governo em relação ao acordo a ser feito com o FMI. Uma alta fonte da área econômica é taxativa: "Não podemos mais pedir 'wavers' (perdão pelo não-cumprimento de metas)", define. "O próximo acordo tem de ser feito em termos realistas". Em outras áreas, contudo, persiste a tentação de assinar o que for possível mesmo se sabendo que algumas metas não serão cumpridas.

É evidente que o formato que tomar o acordo com o FMI e os credores determinará, em larga medida, o espaço da política econômica possível de ser executada. As primeiras medidas, duras, ajudam na conversa com o Fundo, mas não é certo que delimitem a aceitação de políticas recessivas.

As medidas iniciais foram tomadas rapidamente, até porque havia uma equipe trabalhando há algum tempo no Ministério da Fazenda. Na Seplan e no Banco Central, os novos ocupantes ainda se estão instalando. O Planejamento, por exemplo, está fazendo uma ampla revisão dos orçamentos federais para tentar ter uma ideia precisa da margem de manobra. No caso do orçamento das estatais, trabalha-se com uma estimativa preliminar de um "buraco" de US\$ 2 bilhões em relação às metas em vigor.

Só os próximos meses indicarão os espaços de cada um na definição de medidas. Todos têm apetite, mas a Fazenda saiu na frente não só porque dispõe de uma máquina experiente, como também de um forte respaldo político. O árbitro final está, por enquanto, fora de cena: será o presidente Tancredo Neves.